

01 DE JULHO 2010

Quinta-feira

- FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
- CNI – CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL
- CATÁLOGO NAVIPEÇAS
- GRANDE CURITIBA COM BAIXA TAXA DE DESEMPREGO
- VENDAS DE VEÍCULOS ATINGEM RECORDE NO SEMESTRE
- INAUGURADA FÁBRICA DE MOTORES DA FIAT NA RMC
- IBGE: RESULTADO DA INDÚSTRIA INDICA ACOMODAÇÃO
- DECLARAÇÃO DE EMPRESAS TEM ENTREGA ADIADA
- SIMPLES NACIONAL FAZ 3 ANOS COM MAIS DE 3,9 MILHÕES DE EMPRESAS
- PUBLICADA A IN QUE PRORROGA A DIPJ 2010 PARA 30/7
- MTE TORNA SEM EFEITO PORTARIA QUE APROVOU MODELOS DE TRCT
- DIVULGADOS NOVOS VALORES DA TABELA DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO
- VENCE DIA 7 DE JULHO O PRAZO PARA ENTREGA
- PAGAMENTO REFERENTE A JUNHO DEVE SER EFETUADO ATÉ DIA 6

Câmbio		
Em 01/07/2010 às 17h00		
	Compra	Venda
Dólar	1,794	1,796
Euro	2,240	2,243

Fonte: BACEN

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

01/07/2010

Em anexo, o Informativo Eletrônico do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de 01 de julho de 2010, e link de acesso:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2063>

CNI – CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL

30/06 e 01/07/2010 – CNI

Em anexo.

CATÁLOGO NAVIPEÇAS

01/07/2010 - FIEP

Em junho/2010 a ONIP e ABDI entregaram certificados às 50 primeiras empresas aprovadas para o CATÁLOGO NAVIPEÇAS.

A FIEP, através da Coordenação de Desenvolvimento vem apoiando os Sindicatos filiados para que incentivem suas empresas a aderirem ao cadastramento no CATÁLOGO NAVIPEÇAS. Para mais informações, entrar em contato pelo telefone (41) 3901-1885 ou através do e-mail: jerri.chequin@sesipr.org.br.

Ver matéria completa sobre a entrega dos certificados no endereço: <http://www.abdi.com.br/?q=node/2731>

GRANDE CURITIBA COM BAIXA TAXA DE DESEMPREGO

01/07/2010 - O Estado do Paraná

Pelo segundo mês consecutivo, Curitiba e Região Metropolitana apresentam a menor taxa de desemprego para o mês de referência, desde 2003. Em maio a taxa foi de 5,2%, em abril havia sido de 5,0%.

Os dados são da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e divulgados ontem.

O número de pessoas ocupadas foi estimado em 1,503 milhão, apresentando um aumento de 3,3% em relação a maio de 2009, representando um acréscimo de 48 mil pessoas.

A administração pública foi o setor que mais empregou neste período, sendo responsável por mais da metade das ocupações (24,2 mil pessoas). Já o número de pessoas desocupadas e procurando trabalho no mês maio de 2010 foi estimado em 82 mil pessoas.

No setor privado, o número de empregados com carteira assinada, estimado em 755 mil, cresceu 6,3% frente ao mesmo mês do ano anterior. Tanto os empregados sem carteira, quanto empregadores e trabalhadores por conta própria permaneceram estáveis na comparação com o abril deste ano e também com maio do ano anterior.

O rendimento médio real recebido pelos ocupados, no mês de maio de 2010, foi de R\$ 1.434,80 com aumento de 5,0% em um ano. O rendimento médio dos homens foi de R\$ 1.704,00, enquanto que das mulheres foi de R\$ 1.091,00, ou seja, 35% menor.

O acréscimo no rendimento foi resultado do ganho dos empregadores (18%) e dos empregados com carteira do setor privado, que aumentou 3,5% no período de um ano.

Estas altas foram impulsionadas pela construção civil e pela indústria. No entanto, os empregados sem carteira, conta própria e àqueles ocupados na administração pública tiveram perdas salariais. A massa real de rendimentos diminuiu em aproximadamente 76 milhões reais de março para abril de 2010.

VENDAS DE VEÍCULOS ATINGEM RECORDE NO SEMESTRE

01/07/2010 – Gazeta do Povo

As vendas de veículos novos no primeiro semestre somaram 1,579 milhões de unidades, crescimento de 8,98% em relação ao mesmo período de 2009.

Após encerrar o semestre com recorde, as vendas de veículos nos próximos seis meses devem perder parte do vigor visto no início do ano, afirmou nesta quinta-feira a associação representante das concessionárias, **Fenabreve**, que considera o desempenho apresentado até agora pelo setor como "elevadíssimo".

"Há uma acomodação normal do setor. Já é elevadíssimo o crescimento de cerca de 8 por cento. Não é bom para a economia que o crescimento se dê de uma forma tão vigorosa assim", afirmou o presidente da Fenabreve, Sérgio Reze, a jornalistas.

Após encerrar o semestre com recorde, as vendas de veículos nos próximos seis meses devem perder parte do vigor visto no início do ano, afirmou nesta quinta-feira a associação representante das concessionárias, **Fenabreve**, que considera o desempenho apresentado até agora pelo setor como "elevadíssimo".

"Há uma acomodação normal do setor. Já é elevadíssimo o crescimento de cerca de 8 por cento. Não é bom para a economia que o crescimento se dê de uma forma tão vigorosa assim", afirmou o presidente da Fenabreve, Sérgio Reze, a jornalistas.

INAUGURADA FÁBRICA DE MOTORES DA FIAT NA RMC

01/07/2010 – O Estado do Paraná

Ciciro Back



Motores fabricados no Paraná atendem plantas industriais do Mercosul.

A aliança das montadoras Chrysler e Fiat, fechada no ano passado, está produzindo frutos no Paraná. A antiga fábrica da Tritec Motors, em Campo Largo, que produzia motores para a Chrysler e a BMW, mas foi desativada em 2007, voltou a funcionar, silenciosamente, em fevereiro deste ano, quando a FPT, empresa do Grupo Fiat, reativou as operações no local.

Ontem, a unidade, que já recebeu investimentos de R\$ 250 milhões e tem capacidade inicial para produzir 330 mil

motores por ano, foi oficialmente inaugurada.

A cerimônia contou com a presença de executivos mundiais da Fiat, autoridades locais, estaduais e nacionais, e os cerca de 350 colaboradores da empresa - muitos deles, inclusive, estavam entre os que perderam o emprego quando a Tritec fechou as portas.

Até 2012, quando atingir sua capacidade máxima de produção, de 400 mil motores por ano, a empresa pretende gerar aproximadamente 500 empregos diretos no total, e 1,5 mil indiretos.

O presidente mundial da FPT, Alfredo Altavilla, afirmou que a escolha do Paraná para sediar a nova unidade da empresa levou em conta o alto grau de qualificação profissional, que considera um dos maiores do País, bem como a boa infraestrutura da região, com boa malha rodoviária, próxima à rede ferroviária, ao aeroporto Afonso Pena e ao Porto de Paranaguá. Isso, segundo ele, permitirá que 40% da produção da planta seja destinada ao mercado externo.

O presidente do Grupo Fiat no Brasil, Cledorvino Belini, disse que a empresa está francamente otimista com o futuro do País, ao justificar o investimento na nova unidade. Com a fábrica produzindo, o Grupo aumenta em 20% sua capacidade de produção de motores no Mercosul, que agora chega a 2,5 milhões de unidades por ano.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, ressaltou a confiança que o Grupo Fiat e "outras centenas de empresas" estão tendo no Brasil, no momento, e destacou que o setor automotivo deve investir mais R\$ 24 bilhões no País, até 2015.

Apesar da qualificação profissional ter contado pontos a favor do Estado na escolha do local da fábrica, o governador Orlando Pessuti admitiu a necessidade do Paraná, que nos últimos anos se tornou um dos maiores polos da indústria metal-mecânica do País, sediar um ainda inédito curso universitário de Engenharia Automotiva.

IBGE: RESULTADO DA INDÚSTRIA INDICA ACOMODAÇÃO

01/07/2010 – O Estado do Paraná

A estabilidade (variação zero) na produção industrial brasileira em maio ante abril deve ser vista como "uma acomodação", segundo avalia o técnico da coordenação de indústria do IBGE, André Macedo. "A indústria se encontra muito próxima do seu patamar mais elevado, que foi em março de 2010, e agora atinge uma acomodação", diz. Segundo ele, algumas atividades que mostraram pressões negativas em maio, identificadas sobretudo com bens de consumo semi e não duráveis, podem justificar o resultado de maio abaixo das projeções do mercado. "É preciso esperar os resultados seguintes para ter uma visão mais exata de como está se comportando o setor industrial", acrescentou.

Macedo cita, por exemplo, a paralisação técnica e programada em maio que atingiu o setor de refino de petróleo e álcool (que tem uma parte de sua composição, a gasolina, na categoria de semi e não duráveis), levando a uma queda de 4,6% nessa atividade em maio ante abril. Outro exemplo citado é a queda, também de 4,6%, na

indústria farmacêutica no mesmo período, também vista como uma acomodação depois de vários meses de crescimento; há, ainda a queda de 1,7% na indústria de alimentos, que havia registrado quatro meses consecutivos de expansão em base mensal.

Segundo Macedo, o índice de média móvel trimestral, que prosseguiu em crescimento (0,8%) em maio, mostra que a indústria prossegue com tendência ascendente, apesar de alguma desaceleração no ritmo de aumento desse indicador. "Percebemos o cenário atual do setor industrial como um período de acomodação", disse.

IPI

O fim dos benefícios relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre eletrodomésticos e automóveis está provocando uma "acomodação" no ritmo da produção dos bens de consumo duráveis, segundo Macedo. "Esse segmento vinha com trajetória positiva importante ao longo de 2009 com as isenções fiscais e, com o fim do benefício do IPI, há acomodação dessa categoria, ainda que tenham ocorrido avanços significativos em alguns segmentos, como fabricação de televisores", disse.

A produção de material elétrico e de comunicações, inserida no grupo dos duráveis, aumentou 6,1% em maio ante abril e representou o maior impacto positivo para o resultado da produção industrial (0,0) no período. Segundo Macedo, o aumento na produção dessa atividade foi puxado pelos televisores, sob a influência positiva das vendas para a Copa do Mundo. A produção de bens duráveis aumentou 0,1% em maio ante abril, resultado muito próximo aos apurados, ante mês anterior, em abril (0,2%) e março (0,1%). Na comparação com maio do ano passado, a produção dessa categoria aumentou 15,4%.

DECLARAÇÃO DE EMPRESAS TEM ENTREGA ADIADA

01/07/2010 – Gazeta do Povo

A Receita Federal prorrogou a entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) até o dia 30 deste mês. O prazo terminava ontem, mas, até as 15h, foi entregue 1,02 milhão de declarações, muito abaixo dos 2 milhões esperados pelo Fisco. "A medida foi tomada para evitar transtornos para os contribuintes, já que grande número de empresas deixou para os últimos dias a obtenção da certificação digital com as autoridades certificadoras ou a solicitação de procuração eletrônica à Receita", disse o órgão, em nota. No início do mês passado, a Receita já havia adiado por pelo menos um mês o prazo para a entrega de outras declarações que também exigiriam o uso do certificado digital.

SIMPLES NACIONAL FAZ 3 ANOS COM MAIS DE 3,9 MILHÕES DE EMPRESAS

01/07/2010 – Notas COAD

O Simples Nacional, regime especial de tributação das micro e pequenas empresas, também conhecido como Supersimples, completa três anos nesta quinta-feira (1º) com um número de adesões que se aproxima de 4 milhões de empresas.

Até o dia 30 de junho, 3.938.036 empresas estavam no sistema, superando em mais de 2,6 milhões as cerca de 1,3 milhão que estavam no extinto Simples Federal e que migraram para o atual regime. Isso representa cerca de 68% das 5,78 milhões de micro e pequenas empresas formais do País, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2008, do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Simples Nacional foi criado pela Lei Complementar 123/06, mais conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Antes existia o Simples federal. Esse sistema permitia a adesão dos demais entes federativos, mas boa parte dos estados criaram sistemas próprios e eram raros os casos de adesão de municípios.

O Simples Nacional substituiu todos eles e unificou a arrecadação de tributos nos três níveis de governos. Num único boleto e numa só data são recolhidos o IRPJ, IPI, CSLL, PIS, Cofins, INSS patronal mais o ICMS e o ISS. Podem optar por essa forma de arrecadação micro e pequenos negócios formais com receita bruta anual de até R\$ 2,4 milhões da indústria, comércio e serviços -; exceto profissionais liberais e o setor financeiro.

Entre os principais objetivos do Simples Nacional está a solução de uma das principais reclamações dos empresários: a alta taxa de tributação. Três anos depois, empresários como Telmo Kottwitz, de Santa Catarina, comemoram. Ele explica que "apesar de a taxa de juros do País ainda ser alta", o sistema resultou em redução tributária e ganhos expressivos para seus negócios. "Meus negócios tiveram um ganho real acima de 250%", garante.

Mas o Simples Nacional ainda enfrenta problemas como a cobrança, pela maioria dos estados, do ICMS nas divisas interestaduais e a substituição tributária indiscriminada que atinge setores de ampla atuação de micro e pequenas empresas, como alimentação e vestuário. "O que está sendo praticado prejudica as empresas e fere os objetivos da lei. Não fossem esses problemas, as adesões ao sistema poderiam ser maiores", avalia o gerente de políticas públicas do Sebrae, Bruno Quick.

Ação legislativa

Solução de problemas como a substituição e a antecipação tributária são alguns dos temas que estão na nova proposta de alteração da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em debate na Câmara dos Deputados. A proposta também inclui outras reivindicações do setor, como inclusão de novas categorias econômicas e aumento do teto da receita bruta das empresas para inclusão no sistema.

Os números de optantes pelo Simples Nacional incluem os empreendedores que formalizaram suas atividades como Empreendedor Individual, a exemplo de cabeleireiros e chaveiros.

Inserido na Lei Geral por meio da Lei Complementar 128/08 e em vigor desde 1º de julho de 2009, também nesta quinta-feira (1º) esse mecanismo completa um ano em vigor registrando, até o dia 29 de junho, 382.692 mil formalizações no Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).

Na avaliação do presidente da Comicro, José Tarcísio da Silva, o Simples Nacional, somado ao Empreendedor Individual, são decisivos para reduzir a informalidade no País. "Acredito que num prazo de três anos a informalidade no País esteja próxima a zero", acredita.

Agência Sebrae de Notícias

PUBLICADA A IN QUE PRORROGA A DIPJ 2010 PARA 30/7

01/07/2010 – Notas COAD

Conforme noticiado ontem no Portal COAD, a Receita Federal, mediante alteração da Instrução Normativa 1.028 RFB/2010, promovida pela Instrução Normativa 1.051, de 30-6-2010, publicada no Diário Oficial de hoje, 1/7, prorroga a entrega da DIPJ/2010 para até às 23h59min59s (horário de Brasília) do dia 30 de julho de 2010.

Por meio da Instrução Normativa 1.050 RFB/2010, também publicada no Diário Oficial de hoje, 1/7, foram prorrogados para até o dia 31 de dezembro de 2010, os prazos antes previstos para os meses de junho, julho e agosto de 2010, relativos a declarações concernentes aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para os sujeitos passivos domiciliados nos seguintes municípios:

– **Estado de Alagoas:** Quebrangulo, Santana do Mundaú, Joaquim Gomes, São José da Laje, União dos Palmares, Branquinha, Paulo Jacinto, Murici, Rio Largo, Viçosa, Atalaia, Cajueiro, Capela, Jacuípe e Satuba;

– **Estado de Pernambuco:** Água Preta, Barra de Guabiraba, Barreiros, Correntes, Cortês, Jaqueira, Palmares, São Benedito do Sul e Vitória de Santo Antão.

MTE TORNA SEM EFEITO PORTARIA QUE APROVOU MODELOS DE TRCT

01/07/2010 – Gazeta do Povo

O Ministro do Trabalho e Emprego, através da Portaria 1.554, de 30-6-2010, publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, dia 1-7, tornou sem efeito a publicação no Diário Oficial desta quarta-feira, dia 30-6, da Portaria 1.474 MTE, de 29-6-2010, que havia aprovado os novos modelos dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho e de Homologação e o Sistema Homolognet.

Assim sendo, perdem a eficácia as normas previstas na Portaria 1.474 MTE/2010.

DIVULGADOS NOVOS VALORES DA TABELA DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

23/06/2010 – Notas COAD

A [Portaria Interministerial 333 MPS-MF](#), de 29-6-2010, publicada no Diário Oficial de hoje, dia 30-6-2010, dentre outras normas, reajustou em 7,72%, **com efeito retroativo a 1-1-2010**, os valores da Tabela de Salários-de-Contribuição aplicável aos segurados empregados, inclusive o doméstico, e o trabalhador avulso.

A Tabela a ser aplicada, para recolhimento a partir de janeiro/2010 é a seguinte:

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.040,22	8,00
De 1.040,23 Até 1.733,70	9,00
De 1.733,71 Até 3.467,40	11,00

A partir de **1-1-2010**, o limite para concessão da quota do Salário-Família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 anos de idade, ou inválido de qualquer idade, passa a ser:

REMUNERAÇÃO MENSAL (R\$)	VALOR DA QUOTA (R\$)
Não superior a 539,03	27,64
Superior a 539,03 e igual ou inferior a 810,18	19,48

VENCE DIA 7 DE JULHO O PRAZO PARA ENTREGA

07/01/2010 – Notas COAD

No dia 7/7, vence o prazo para entrega do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Disquete ou Internet. Via Internet: www.caged.gov.br

Estão obrigadas a entrega todas as pessoas físicas ou jurídicas que, no mês de junho/2010, admitiram, demitiram ou transferiram empregados. Esta obrigação não é devida pelo empregador doméstico.

Multa por falta de entrega ou omissão:

- a) R\$ 4,47 por empregado, se a comunicação for realizada dentro de 30 dias;
- b) R\$ 6,70 por empregado, se a comunicação ocorrer entre 31 e 60 dias;
- c) R\$ 13,41 por empregado, se a comunicação for realizada a partir do 61º dia.

DARF - CÓDIGO DA RECEITA: 2877

NÚMERO DE REFERÊNCIA: 3800165790300843-7.

PAGAMENTO REFERENTE A JUNHO DEVE SER EFETUADO ATÉ DIA 6

07/01/2010 – Notas COAD

No dia 6/7 (quarta-feira), vence o prazo para pagamento do salário sobre o trabalho executado pelos empregados mensalistas no mês de junho/2010.

Estão obrigados ao pagamento todos os empregadores.

A multa por falta de pagamento corresponde a R\$ 170,26 por empregado prejudicado.

[29/06/2010 - 10:45] Verba rescisória paga em acordo judicial não pode ser parcelada

Pela natureza imperativa do pagamento de verbas rescisórias, a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a recurso da Têxtil Renaux S/A, que buscava validar o pagamento parcelado de direitos trabalhistas. A empresa havia deixado de pagar, a um empregado que dispensou sem justa causa, verbas rescisórias no prazo legal. Firmou acordo extrajudicial, parcelando esses valores, e estabeleceu novo prazo para o pagamento da multa do artigo 477 da CLT. Esse dispositivo disciplina a multa por eventual descumprimento do prazo para o pagamento das verbas rescisórias devidas no ato da homologação da dispensa do trabalhador.

Ao analisar o caso, a Terceira Turma do TST havia aceitado o recurso do trabalhador e condenou a empresa ao pagamento da multa. Diante disso, a empresa interpôs recurso de embargos, alegando a validade da transação. O relator do processo na SDI-1, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, considerou correta a posição da Terceira Turma, ao aplicar a multa prevista no artigo 477, diante da inobservância do prazo para o pagamento das verbas e da não validade do acordo extrajudicial. Em sua avaliação, não se pode validar acordo que prevê o parcelamento de verbas rescisórias, uma vez que se trata de direito indisponível do empregado, ainda mais quando realizado extrajudicialmente. O relator apresentou outra decisão do colegiado nesse mesmo sentido. Seguindo o entendimento do relator, a SDI-1, por unanimidade, negou provimento ao recurso de embargos da empresa. (RR-19600-41.2008.5.12.0010)

FONTE: Assessoria de Comunicação Social - TST